

LÍRICA E AUTORITARISMO: A POESIA EM 1945

Jaime Ginzburg
UFSM

Este estudo consiste em um momento inicial de um projeto de pesquisa que pretende examinar o conjunto da produção poética de Carlos Drummond de Andrade, desde *Algumas poesias* (1930) até *Boitempo III* (esquecer para lembrar) (1979), tendo a *A Rosa do povo* (1945) como referência central. Neste texto, pretendemos apenas formular uma parte do problema a ser examinado. Pretende-se verificar como se constituem certos elementos de continuidade estética, temáticos e formais, ao longo de sua produção, bem como focos de tensão e ruptura em que o poeta se dedica a rever seus princípios de composição.

Existem trabalhos muito importantes sobre as relações entre literatura e autoritarismo no Brasil. Cabe destacar nomes como Antonio Candido, Randal Johnson, Alfredo Bosi, Silviano Santiago, Flora Sussekind, entre outros. Existe a necessidade de levar adiante a discussão, por diversas razões. A demanda de reflexão sobre esse assunto é cada vez maior, porque agora, no momento presente, estão se concretizando, segundo Fredric Jameson, os pesadelos formulados nos anos 30 e 40 a respeito da desumanização. Nunca foi tão urgente a necessidade de entendimento da presença da barbárie na política e nas relações humanas. O olhar crítico sobre as experiências de autoritarismo e suas representações no Brasil é exigência das condições brutais de vida a que nos levou o processo histórico.

Para estabelecer uma perspectiva de reflexão sobre as relações entre Drummond e o autoritarismo brasileiro, iniciamos considerando as idéias de Adorno a respeito das relações entre linguagem e ideologia, que indicam ser necessário observar as variações de formas de produção de Drummond como associadas a um movimento de reformulação constante dos modos de representação. Essa variação se deveria a uma impossibilidade de acomodar em um estilo ou princípio formal único as experiências da história. Ela pode ser compreendida à luz do conceito de Theodor Adorno de "razão antagônica da história". Nessa perspectiva, a experiência da história é observada não como totalidade, mas dotada de uma formação conflitiva, em que há um movimento de emergência de uma força contrária em cada movimento do andamento da História. O que caracteriza esse andamento não é a totalização harmoniosa da experiência, mas a constante problematização do sentido de seu curso. A diferença básica entre a perspectiva dialética hegeliana e a perspectiva adorniana aqui adotada é a impossibilidade da síntese. Trata-se, com a dialética negativa, de entender as limitações do sujeito como dados propriamente constitutivos. Como um senso da forma própria da realidade concreta, a contradição se aloja no pensamento do sujeito.

No início da década de 40, encontramos a confluência de duas experiências históricas importantes: o Estado Novo, no contexto brasileiro, e o totalitarismo, no contexto mundial. Tratam-se de duas formas de autoritarismo. A respeito da relação entre elas, cabe observar que, embora elas tenham semelhanças entre si, o modelo totalitário europeu não foi adotado no país nesse período, porque

interessava ao regime aqui estabelecido, como também a outros (...), um certo distanciamento com relação ao que prevalecia na Itália e, com mais forte razão, na Alemanha. É que o Brasil, fossem quais fossem as simpatias mais íntimas de seu círculo dirigente, simplesmente não podia entregar-se com armas e bagagem a qualquer dos lados em estado de iminente beligerância. O conflito internacional ameaçava desdobrar-se no plano econômico sob a forma de dois sistemas de comércio mutuamente exclusivos, dirigidos, um pelos Estados Unidos, outro pela Alemanha.

Vivendo em um país com política ambígua com relação ao fascismo, Drummond foi marcado profundamente pela experiência da guerra. Em uma entrevista concedida em 1945, a Ary de Andrade, o poeta expôs o seguinte:

As contradições deste mundo se refletem na própria guerra em que ele se estorce e em que, sob o sacrifício de milhões de pessoas, não é difícil enxergar o cálculo e a ambição de alguns. (...) De todos os lados se reconhece que estão anulados muitos dos valores ao sobre os quais se apoiava a nossa concepção geral da vida, e que atingimos um período de crise.

Logo após expor suas idéias a respeito da situação sócio-política e das transformações em andamento, ele faz um comentário sobre sua produção, valorizando o surrealismo e defendendo a ruptura com formas convencionais de expressão:

(...) num mundo absurdo, como o atual, que só erige padrões de cultura para destruí-los e perante uma civilização que conduz os seus melhores filhos à morte coletiva pela bomba, quem está certo é quem afinal era chamado de louco, e repelia esta ordem. (...) perigo, insisto, é a volta às velhas formas burguesas de expressão, à literatura água de flor laranjeira, anódina e inconseqüente, ou simplesmente acadêmica. Este perigo é tanto maior quanto muitos escritores entre nós, não raciocinaram perante os fatos e fenômenos políticos. Estão ainda num inquietante não-importismo ... Por isso a formação da consciência intelectual no Brasil está em plena infância.

As afirmações de Drummond, nessa entrevista, podem ser tomadas como pontos de referência para avaliar problemas como as formas de participação política necessárias para a poesia brasileira e as relações entre texto e contexto. A ruptura com convenções de linguagem e a consciência política andam juntas.

A produção de Drummond faz bem mais do que interiorizar o impacto da experiência do autoritarismo no Brasil e no mundo. Ele elabora, com percepção aguda, uma série de imagens que propõem a desmontagem das visões ideológicas dominantes, incluindo as formas de expressões convencionais dessas visões.

Ao longo de décadas e mesmo antes de *A rosa do povo*, encontramos na produção do poeta indicações de uma compreensão de uma lógica perversa da formação social brasileira. Esta se desenvolve como *modernidade agônica* em que a violência tem um papel constitutivo e, como declara o poeta, padrões de cultura são elaborados e logo destruídos. Drummond absorve o caráter essencial paradoxal desse movimento, de uma formação social em cujo cerne está a destruição, que encontra no autoritarismo expressão política. A possibilidade de crítica desse movimento reside na contrariedade às atitudes do pensamento conservador e, ao mesmo tempo, na elaboração melancólica da dificuldade de subverter o processo e transformar as coisas.

Nossa pesquisa pretende verificar alguns aspectos da produção poética de Drummond, como por exemplo: a presença da melancolia; as imagens de destruição, guerra, violência, mutilação, morte, caos; a elaboração descontínua da memória; a fragmentação da experiência; a formulação problemática do senso de espaço (urbano e rural, familiar e estranho); a descontinuidade do tempo; as marcas do contexto histórico e comentários sobre a formação social brasileira. A perspectiva da análise e interpretação pretende avaliar as condições em que se desenvolve em Drummond um grau elevado de consciência crítica da experiência do autoritarismo. Além disso, avaliar as repercussões dessa consciência para a formulação de concepções de linguagem e para a variação, ao longo das décadas, de modos de escrever.

A renúncia à unidade estilística, que caracteriza uma impossibilidade de síntese no plano formal, pode constituir um nexo entre os princípios de elaboração da produção poética do autor, que modifica constantemente sua trajetória, em movimentos severos, e o impacto social da experiência do autoritarismo, regime em que o movimento da História se dá com base conflitiva e sem horizontes de harmonização entre ideologias e segmentos sociais.

Para formular nosso problema, por um lado, observamos as contradições existentes no processo de formação da sociedade brasileira, em particular no que se refere ao desenvolvimento de formas autoritárias de organização social. Por outro, levantamos problemas formulados pela crítica e pela historiografia literária com relação às dificuldades e aos conflitos no estabelecimento de critérios de compreensão e valoração de obras literárias. Partimos da idéia, encontrada na historiografia e nas ciências sociais brasileiras, da presença de um movimento constante na formação social do país. Esse movimento poderia ser definido nos termos de que, ao longo da exploração colonial, durante o escravismo imperial, nos regimes caracterizados formalmente como autoritários no século XX, encontramos um componente de naturalização e aceitação da violência como instrumento a serviço das elites políticas. A formação social seria, paradoxalmente, resultado de um processo de construção forjado e sustentado como uma série de ações destrutivas - guerras, massacres, torturas, mutilações, violência sistemática, coerções, ameaças - responsáveis pela consolidação de princípios da vida política. Nesse sentido, a destruição é a base da construção. Essa perspectiva pode ser fundamentada em pesquisas de historiadores, sociólogos e antropólogos a respeito da experiência de violência no Brasil. É possível constatar a intensa continuidade e avaliar os critérios de legitimação dessa experiência, de modo a perceber como nossa formação histórica é profundamente calcada no respaldo à possibilidade de agredir e matar. Autores como Roberto da Matta, Alba Zaluar, Regina Célia Pedroso e Elizabeth Cancelli, entre outros apresentam reflexões nessa direção, associando a análise da violência contemporânea à compreensão do passado brasileiro. Gilberto Velho defende que esse processo está associado à desigualdade social e a problemas de ordem ética.

Conforme José Antonio Segatto, existe uma continuidade na formação social brasileira. A construção do Estado nacional ocorreu não como expressão de interesses da maioria, mas como um movimento de realização de interesses das classes dominantes. O caráter autoritário, conforme explica Segatto, se expressa na literatura brasileira, em vários momentos, através da representação de relações problemáticas entre o indivíduo e o Estado. Os antagonismos sociais são abordados de maneira a não subverter o princípio de dominação que sustenta a estrutura hierárquica da vida política.

Se considerarmos a formação social brasileira como marcada por uma *violência constitutiva*, por uma constância de princípios autoritários e excludentes na vida política e por uma ausência de equilíbrio nas relações entre indivíduo e Estado, podemos caracterizar a situação brasileira da seguinte maneira. Vivemos sob o impacto constante de uma agressão, resultante da condução da ordem política e social. Essa agressão pode ser objeto de diferentes tipos de posturas.

Para pensadores autoritários, como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, a violência constitutiva faz parte da consolidação do Estado e da unificação da sociedade. O discurso desses pensadores, proximamente ao discurso fascista, vê na violência e na exclusão meios para a estruturação da boa sociedade. Na literatura e nos estudos literários, essa perspectiva aparece em um autor como Plínio Salgado.

Por outro lado, para pensadores que não se identificam com o autoritarismo, a atitude é negativa, podendo estar associada a uma postura idealista de ruptura e revolução, ou à

consciência da dificuldade de lidar com o problema, pela desproporção entre as possibilidades de ação e os mecanismos internos de sustentação do sistema.

O assunto se torna particularmente difícil de tratar quando colocado em termos de uma condição de existência para a poesia lírica. O sujeito, agredido pela violência constitutiva, pela imposição do autoritarismo, pela exclusão de diferenças, pode ser levado a uma relação de crise não apenas com a situação problemática da sociedade, mas com a linguagem e consigo mesmo.

Temos em vista a idéia de Theodor Adorno de que "os antagonismos não resolvidos da realidade retornam às obras de arte como os problemas imanentes da sua forma". Considerando esta e outras posições de Adorno e outros teóricos, é possível, com articulações entre literatura e história, repensar a postura de nossos poetas com relação à formação social. Categorias como poesia tradicional e poesia moderna, ordem formal e fragmentação, intimismo e vocação social, modernismo e modernidade, constantemente empregadas para o estudo de nossos poetas, podem ser examinadas à luz da crítica de cultura formulada por Adorno.

As relações entre forma e história devem ser examinadas tendo em vista o problema, formulado brilhantemente por Rodrigo Naves, de uma relação entre os princípios de constituição da sociedade brasileira, marcados pela precariedade da estruturação e institucionalização das relações sociais e pela tensão permanente entre unidade e fragmentação, e os princípios de constituição da forma em algumas obras de nossos artistas e intelectuais, em que encontramos uma "dificuldade da forma", uma inadaptação aos códigos lingüísticos e expressivos determinados como canônicos. Existiria uma relação entre problemas propriamente estéticos e formais, que desafiam a interpretação e dificultam a classificação de obras, e problemas da sociabilidade representada nessas obras.

Na formação brasileira, como o autoritarismo se desenvolve sob formas mascaradas e ambivalentes, é difícil discernir o limite entre autoritarismo e socialização democrática. O caráter paradoxal de nossa vida política, resultante da ambivalência do processo de formação social, que de diferentes modos e com várias repercussões oscila entre a violência autoritária e a máscara liberal se apresenta como motivação na produção do poeta, para uma ambivalência frente à história, entre a necessidade de ação e a impotência, a capacidade de entendimento e a incerteza, a vontade de mudar o futuro e a de voltar ao passado.

As relações entre escritores e vida política no Brasil são caracterizadas por uma ambivalência constitutiva, tal como expõe Randal Johnson. Diversos escritores, mesmo desenvolvendo uma produção dedicada à crítica social, serviram ao Estado. Suas posições variaram, havendo tanto casos de busca de autonomia e independência ideológica, como de defesa consciente de estruturas de poder. Como já formulou Antonio Candido, o caso de Carlos Drummond de Andrade deve ser considerado de maneira específica, pelo seu distanciamento com relação às ideologias dominantes. Exatamente por essa razão, é importante tomar sua produção como referência central para uma reflexão mais abrangente sobre poesia e sociedade no Brasil.

A poesia brasileira do século XX, em vários casos, desenvolve em termos estéticos, nas suas propriedades formais e temáticas, comportamentos ambivalentes, que estão associados a paradoxos e mudanças no ambiente intelectual. Os problemas críticos e historiográficos colocados pela produção poética, em chave adorniana, estariam relacionados com problemas de formação social brasileira, e particularmente com as ambivalências do autoritarismo no país.

O livro *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade, foi publicado em 1945. Sua elaboração dialoga com a experiência da segunda guerra mundial, em termos mais gerais, e com a experiência do Estado Novo, no contexto brasileiro. Como sabemos, a segunda guerra mundial representou, em termos históricos, uma situação extrema, pelo grau, nunca antes

imaginado, de aniquilação a que a humanidade se submeteu. O emprego de tecnologias bélicas inovadoras e a política militar fizeram com que milhões de pessoas fossem mortas. As relações internacionais foram reavaliadas, as estruturas de poder transformadas, e a realização da violência ganhou formas concretas inéditas. Esses fatores, entre outros, causaram um impacto inominável nas relações humanas. Vários pensadores, como Theodor Adorno, Walter Benjamin, George Steiner e Hannah Arendt, manifestaram a profundidade desse impacto, expressando dificuldades e perplexidades com relação ao que havia acontecido, e ao que estaria por acontecer.

A experiência do Estado Novo representou no Brasil um período de exercício intenso de autoritarismo. Idéias do fascismo europeu circularam no país, legitimando atitudes de exclusão e preconceito. O Estado Novo pode ser considerado um momento de culminância, na história da república, do exercício de valores cujos fundamentos mais básicos podem ser encontrados na exploração colonial, no regime escravocrata imperial e na política de tradição oligárquica. E também a consolidação de elementos que reaparecerão, sob forma nova e assustadora, no regime de ditadura militar nos anos 60 e 70.

O aparecimento de um livro como *A rosa do povo* é historicamente fundamental. É uma obra que apresenta, em seu interior, a formulação de problemas referentes à opressão em regimes autoritários, à frustração com o estado de coisas no ocidente, e à situação problemática do país. A pesquisa de Iumna Maria Simon trouxe uma contribuição importante para a compreensão da historicidade do livro. Utilizando para sua fundamentação autores como Michael Hamburger e Theodor Adorno, Simon reflete a respeito das condições de *participação* - isto é, de envolvimento com questões sociais e históricas - e chega à idéia de que em Drummond haveria um "senso de contradição": embora haja um interesse pela capacidade de intervenção da palavra, como modo de transformação da sociedade, existe também uma atitude negativa, que encara a poesia e a linguagem da mesma maneira que encara o mundo: criticamente. Por isso, a participação não se dá de maneira efetiva, como engajamento, mas de maneira problemática.

"(...) entre autonomia e comunicação, entre fechamento e abertura do discurso (...) a ambigüidade, a contradição, são valores que estão no próprio ato da criação poética: enquanto seu mecanismo interno (...) e em suas articulações com o mundo exterior"

Com efeito, a possibilidade de uma experiência política do fazer poético é relativizada pela situação ambígua. A ambivalência é associada a diferentes fatores, como a problematização de procedimentos canônicos, incluindo a versificação tradicional, a avaliação severa das possibilidades de expressão e recepção na sociedade brasileira, e um amadurecimento com relação ao comportamento experimental do modernismo de 20. Além disso, há motivações propriamente históricas. A ambivalência analisada por Simon não é apenas uma questão poética, mas também histórico-social. *A rosa do povo*, livro estudado pela autora, interpreta ambivalências que estão na pauta do autoritarismo do país, para pensar com Simon Schwartzman.

Com base em orientações adornianas e benjaminianas, podemos acrescentar às reflexões já realizadas sobre o livro de Drummond a proposição de novos enfoques de leitura, referentes às relações entre texto e contexto. As incongruências internas de uma obra estão associadas a antinomias sociais. A formulação adorniana referente à impossibilidade de poesia após Auschwitz deve ser examinada no contexto brasileiro. A fragmentação formal, a pluralidade de temas, a constituição problemática do sujeito lírico, a seleção lexical, o emprego de

procedimentos de vanguarda, a articulação de conceitos oriundos da filosofia e das humanidades (sem a adoção submissa de nenhuma doutrina), as formulações de caráter político e as imagens de movimentação em ambiente urbano dão complexidade à obra. Trata-se de uma concepção de forma poética renovadora, considerando o conjunto da poesia brasileira. Em Drummond encontramos uma problemática similar à que Adorno aponta no poeta alemão Paul Celan. Trata-se de uma situação limite, associada ao impacto da experiência do autoritarismo.

Não há nessa hipótese qualquer determinismo, pois não encontramos nos anos 40 uma produção lírica volumosa que tenha *A rosa do povo* como paradigma. Pelo contrário, como chama a atenção Randal Johnson, diversos poetas estão interessados em apoiar experiências do autoritarismo; deles não se receberiam manifestações de perplexidade ou de crítica. Em termos estilísticos e temáticos, a produção poética brasileira entre os anos 30 e 50 é muito variada.

Essa variedade merece atenção, pois ela vai importar para a definição de critérios para interpretação e valorização de textos. Como expõe Adorno, ao fazermos crítica da cultura, somos marcados pela contradição de que nosso discurso crítico não está fora da cultura, mas dentro dela; somos parte da realidade que é razão de nossa crítica. Drummond, nesse sentido, carrega em sua produção a contradição de fazer a crítica da experiência do autoritarismo, sendo parte de um sistema em que ele domina. A representação do profundo mal-estar gerado pela relação entre individualidade e sociedade exige, ainda em perspectiva adorniana, a utilização de uma linguagem que não seja a de emprego diário, pois essa expressa relações sociais desumanizadas. As diferenças entre Drummond e outros poetas do período envolvem diferenças de atitude quanto à linguagem e à concepção de poesia. Poetas sem postura crítica muitas vezes rendem-se à reprodução de modelos de expressão consagrados pelo campo literário.

Não é casual, nesse sentido, que Drummond, em *A rosa do povo*, não adote uma perspectiva idealista, nem eufórica, optando por uma linha de representação profundamente melancólica. As experiências da perda, da dor, da contradição, do medo, que tradicionalmente se associam ao conceito de melancolia, ganham nessa obra profundidade e se articulam umas com as outras. O impacto da violência do processo histórico e a atitude melancólica que observa a realidade com receio se combinam nesse livro, dentro de um horizonte marcado pela incerteza do futuro. Trata-se de avaliar a História como catástrofe e como trauma.

É possível observar ao longo de grande parte da produção de Drummond, desde *Alguma poesia* (1930), até a produção dos anos 80, a constância de alguns elementos temáticos, o senso de dissolução fragmentária da experiência, e a freqüente elaboração de temas sob perspectiva melancólica. Esses pontos de continuidade podem estar associados à necessidade de formular uma concepção de poesia e uma linguagem poética compatíveis com a presença de opressão e de frustração na experiência representada. Nas palavras de Maria do Carmo Campos a respeito do poeta, sua “linguagem descontínua” se refere à “violência do vivido”

Embora tenhamos datas para situar inícios e finais de regimes claramente definidos como autoritários no Brasil, incluindo aí o Estado Novo e a ditadura militar recente, a interiorização do autoritarismo como experiência não deve se restringir a essas datas. O impacto do horror da segunda guerra pode se estender por décadas, não tendo terminado, como indicam escritores contemporâneos. O mesmo vale para a permanência de traços do período da ditadura em elementos da cultura brasileira recente. Uma das atribuições da memória, principalmente a involuntária, para falar com Benjamin, é manter acesa a presença do passado. Não precisamos nos restringir a tentar identificar um processo mimético imediatista, para o qual a interpretação de um texto deva se referir apenas ao contexto imediato (ano ou década) em que foi publicado. Quando se trata de autoritarismo, o tempo pode funcionar como

condição libertária de elaboração de expressões que são impossíveis no contexto imediato. Por isso, acreditamos que exista uma relação, mediada e profunda, entre a interiorização do autoritarismo do período militar e as imagens fragmentárias e melancólicas de *Boitempo*, cuja terceira parte, *Esquecer para lembrar*, foi publicada em 1979. Mesmo obras publicadas dentro de períodos considerados democráticos, como *Lição de coisas* (1962), têm afinidades com obras anteriores e posteriores. Historicamente, isso se justifica dentro de uma perspectiva abrangente que considere a formação social brasileira, a partir do horror da exploração colonial e do regime escravista, como caracterizada por uma violência constitutiva, que estabelece componentes autoritários de ordenação social mesmo sob aparência de liberalismo.

Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Letras pela UFRGS. Membro do grupo de pesquisa “Formas da poesia brasileira”, coordenado pela Profa. Dra. Maria do Carmo Campos. O projeto tem o nome de “Lírica e história em Carlos Drummond de Andrade” e faz parte do Projeto Integrado “Literatura e Autoritarismo”, desenvolvido em âmbito interinstitucional.

- ADORNO, Theodor W. Crítica cultural e sociedade. In: _____. *Prismas*. São Paulo: Ática, 1998.
- ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1988.
- ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Madrid: Taurus, 1984.
- ADORNO, Theodor. *La ideologia como lenguaje*. Madrid: Taurus, 1982.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A rosa do povo. In: _____. *Nova reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- BRAYNER, Sonia. *Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CAMPOS, Maria do Carmo. *A matéria prismada. O Brasil de longe e de perto e outros ensaios*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999. p.103.
- CANCELLI, Elizabeth. A organização do sistema e as normas jurídicas: os primeiros tempos da República. In: SANTOS, José Vicente T, org. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.
- DA MATTA, Roberto. As raízes da violência no Brasil. In: ____ et alii. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FREITAS, Marcos Cezar. *Integralismo: fascismo caboclo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- GERTZ, René. O fascismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- JAMESON, Fredric. *O marxismo tardio. Adorno ou a persistência da dialética*. São Paulo: UNESP, 1997.
- JOHNSON, Randal. The institutionalization of Brazilian Modernism. *Brasil/Brazil*. Porto Alegre: PUC-RS/Mercado Aberto, 1990. ano 3. n.4.
- LAMOUNIER, Bolívar. Introdução. In: AMARAL, Azevedo. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: UNB, 1981.
- NAVES, Rodrigo. *A forma difícil. Ensaio sobre a arte brasileira*. São Paulo: Ática, 1996.
- PASTA JR., José Antonio. Tristes estrelas da ursa: Macunaíma. In: LIMA E SILVA, Márcia & AVANCINI, Jose Augusto, orgs. *Mário de Andrade*. Porto Alegre: SMC, 1994.
- PEDROSO, Regina Célia. *Violência e cidadania no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3ªed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

- SEGATTO, Cidadania de ficção. In: ____ & ____, orgs. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SIMON, Iunna Maria. *Drummond – a poética do risco*. São Paulo: Ática, 1978.
- SIMON, Iunna. Esteticismo e participação: as vanguardas poéticas no contexto brasileiro.(1954-1969). In:PIZARRO, Ana, org. *América Latina: palavra, literatura e cultura*.São Paulo/Unicamp: Memorial/Unicamp, 1995. v. 3.
- TRINDADE, Hégio. *Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.
- TRINDADE, Hégio. Construção da cidadania e representação política: lógica liberal e práxis autoritária. In: BAQUERO,Marcello, org. *Cultura política e democracia*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: ____ & ALVITO, Marcos, orgs. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UERJ / FGV, 1996.
- ZALUAR, Alba. O crime e a não-cidadania: os males do Brasil são. In: BIRMAN, Patrícia et alii. *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.